

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Retratos de amas negras com crianças brancas: muitas interpretações e diferentes abordagens historiográficas.

Rafaela de Andrade Deiab*

Resumo: Esse trabalho tem como objetivo discutir as interpretações dos retratos fotográficos de amas negras com crianças brancas, produzidos em todo Brasil desde meados do século XIX. Estes documentos iconográficos tiveram uma vasta gama de interpretações que se revelam muito diversas, senão contraditórias. Tenho como hipótese que essa variedade interpretativa é devida, primeiramente, a qualidade imagética do documento; em seguida a diferentes ênfases dadas a parcelas da relação paradoxal existente entre escrava e criança branca; ou ainda, cada interpretação acionaria diferentes arcabouços teóricos ou ramos da historiografia da escravidão. Tais questões são brevemente investigadas nesse trabalho.

Palavras-chave: Retratos – Escravidão – Historiografia.

Abstract: The main purpose of this work is to discuss the interpretations of photographic portraits of black wet nurses with white children, produced all over Brazil since middle 19th century. These iconographic's documents had a great number of different interpretations which are very diverse, or even conflicting. I have as hypothesis that this variety come from the imagetical quality of the document, from interpretations that give importance to different parts of the paradoxical relation that existed between child and wet nurse, and, finally, from different historical theorys of slavery in Brazil. This hypothesis will be briefly investigated in this paper.

Key-words: Portraits – Slavery – Historiography.



* Mestre em Antropologia Social pela USP, pesquisa financiada pela FAPESP.

Militão Augusto de Azevedo
Sem Título, Fotografia, 1870
Fonte: Museu Paulista-USP

Esse trabalho tem como objetivo discutir as interpretações dos retratos fotográficos de amas negras com crianças brancas, tal como esse de Militão Augusto de Azevedo, que foram largamente produzidos em todo Brasil desde meados do século XIX. Esses riquíssimos e recorrentes documentos iconográficos tiveram uma vasta gama de interpretações. Por vezes foram interpretados como símbolos de uma relação íntima e harmoniosa, entre senhores e escravos. Em outros momentos, foram entendidos como a própria auto-imagem da classe proprietária que, por meio de escravos bem trajados, ostentava sua própria riqueza. Seriam ainda, reveladores de uma forma sinistra de exploração do corpo feminino e da negação de uma maternidade escrava. Todas essas explicações são, em parte, corretas, e nem tão contraditórias como podem parecer numa primeira impressão. O que elas fazem é dar relevo a certas dimensões específicas dessa relação ambígua e multifacetada entre ama escrava e os herdeiros da família patriarcal.

A interpretação desses retratos, como evidência de uma “escravidão mais benigna” existente no Brasil, ou no Nordeste, é reputada a Gilberto Freyre. Mas diferente do que se imagina muitas vezes, ela não está presente em *Casa-Grande & Senzala* (FREYRE, 1933/2001), mas em obras bem posteriores, mais especificamente na segunda edição de *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX* (FREYRE, 1961/1979), que fora acrescida de anexos, dentre os quais consta “Iconografia: Comentário”. É neste segmento, que o autor pernambucano vê nos negros e negras vestidos à européia uma comprovação iconográfica de uma “escravidão mais suave”, fazendo ainda, uso dos relatos de inúmeros viajantes para corroborar sua análise.

Os fotografados seriam uma elite a destacar-se, por aparências correspondentes à sua efetiva situação social, da massa: uma aparência e uma situação de indivíduos que tivessem alcançado, pela alforria, o status de livres; ou fossem, como ainda escravos, mucamas, bás ou ‘tios’ sociológicos, dentro de hierárquicas casas-grandes brasileiramente patriarcais, e, como tal, indivíduos ou pessoas recipientes de privilégios quase de livres. Escravos paradoxalmente superiores, sob vários aspectos – no traje, nos adornos, no trato aparente ou ostensivo de suas pessoas -, a não poucos brancos livres da época. (FREYRE, 1961/1979: 91

Esses negros e negras, que surgem muito bem vestidos nos retratos, eram, segundo o autor, integrantes de uma pequena elite, mesmo se comparados aos brancos livres. Os protagonistas das imagens ainda que não fossem alforriados, em função de seus trabalhos

prestados no interior da casa-grande, eram “assimilados” a essas “famílias brasileiramente patriarcais”. Dentre essas funções promotoras de um “parentesco sociológico” entre senhor e escravo, temos as amas, mencionadas no trecho como “bás”. Elas e outros escravos domésticos, em função desse *status*, teriam privilégios de “quase livres”. Privilégios esses que estariam estampados nos retratos por meio das roupas, adornos e “trato”, presentes na imagem desses negros.

Nesse tipo de raciocínio, a escravidão surge quase como um detalhe. Porque se os negros não são livres, têm acesso a privilégios de “quase livres”, e por isso essa não seria uma escravidão muito violenta e opressiva.

Outra interpretação existente para esses retratos é aquela que toma os retratos das amas negras com as crianças brancas como uma publicização do alto *status* social da família patriarcal. Isso significa fazer uso das intenções dos senhores – os clientes que encomendaram a foto – para solucionar o sentido da imagem. O viajante, professor e jornalista francês Charles Expilly, em 1853, já revelava esse mesmo raciocínio para justificar o fausto com que se vestiam as amas-de-leite brasileiras: “Entre os comerciantes da cidade é uma questão de amor próprio ter uma ama-de-leite que ostente um luxo insolente. Não é impossível, também, que seja uma especulação. O luxo da ama exprime a prosperidade da casa, a menos que sirva para tornar pública a verdadeira situação econômica (...)” (Expilly *apud* LEITE, 2000: 68). Por outro lado, Manuela Carneiro da Cunha, analisando outros retratos, para além de notar os desígnios senhoriais nos enfeites da escrava, identifica-os na imagem como um todo:

(...) pois para tornar escravo um homem, cumpre anular todos os seus laços sociais prévios, na tentativa de fazer do senhor o único elo do escravo com o mundo. Daí a imagem padrão que o senhor quer ter do escravo: o da ama de leite negra com a criança branca no colo. A esta imagem opõe-se outra (...) que é uma obra-prima. É também a única, nesta série de hetero-retratos, que parece ser um auto-retrato, na medida em que transmite uma imagem de si mesmo(CUNHA, 1988:XXX).¹

Segundo a antropóloga, a imagem da ama negra com a criança branca revelaria a imagem do escravo e da manutenção de sua escravidão. Isso porque a escravização, para a autora, implicaria na existência de pessoas cujos laços sociais prévios foram cortados e cujos novos têm invariavelmente a família patriarcal como mediadora. A escravidão aparece assim, com grande peso e crueza, evidenciando-se a ruptura brusca das relações dos africanos em suas comunidades, além da dependência social de seus próprios “algozes”.

¹ Grifos meus. A outra imagem referida no trecho que comenta os retratos em estúdio de Christiano Jr., traz uma escrava africana junto de uma criança negra, provavelmente sua filha. Segundo a autora, ao posar ao lado da filha – um laço social próprio – a imagem se tornaria uma espécie de auto-retrato.

Nesta acepção, a mãe-preta representa, de modo contundente, a própria estampa modelar da escravidão; uma vez que suas ligações sociais e afetivas são, nas fontes até aqui mencionadas, tecidas exclusivamente com os herdeiros da família senhorial. Ainda seguindo essa lógica, tais retratos seriam, portanto, hetero-retratos, uma vez que expressam tão somente o arbítrio senhorial e não uma imagem onde as escravas também pudessem se reconhecer.

Contudo, essa interpretação, que confere maior relevo à escravidão como instituição, não consegue dar conta da troca afetiva também implicada nesse retrato. Esse mesmo peso na condição escrava está presente na análise dos retratos das amas escravas com as crianças brancas, feita pela historiadora Miriam Moreira Leite:

Os retratos de amas-de-leite que conhecemos apresentam tão-somente a imagem positiva do relacionamento afetivo da ama vestida à européia, com o bebê branco ao colo. Mas é fácil verificar que (...) a prática da amamentação por escravas alugadas a particulares ou asilos de crianças abandonadas foi responsável por uma das formas mais sinistras de inter-relacionamento nos grupos de convívio. Além de privar os filhos de seu leite, as amas-de-leite eram exploradas fisicamente ao máximo, tanto quando eram alugadas a instituições para amamentar diversas crianças, como pelo período prolongado que se exigia que aleitassem (LEITE, 2000: 69-70).

Discutindo com aquela primeira interpretação das imagens, presente em Gilberto Freyre, a autora contra-argumenta trazendo à tona a violência e a exploração inscritas na relação entre a ama escrava e a criança branca. A ama escrava é caracterizada a partir do abuso constante, uma vez que nega seu leite ao próprio filho, assim como amamenta diversas crianças por longos períodos de tempo. A imagem da mãe-preta implicaria, portanto, em um filho preto – uma relação social própria, nos termos de Cunha – preterido em função do arbítrio senhorial. Leite não deixa, desse modo, nenhum espaço para uma versão “positiva” da relação entre ama negra e criança branca, centrando-se, ao contrário, no seu caráter “sinistro”, marcado pela exploração do corpo, da saúde e da maternidade da escrava. Mas, ao fazê-lo, também não trata da troca afetiva existente entre esses personagens. Não se tratando de uma relação exclusivamente hierárquica, a densidade da experiência está na sua ambivalência.

As análises de retratos aqui revisadas são muito diversas e até mesmo contraditórias. Tal fato acaba por levantar alguns questionamentos: seria a qualidade “imagética” do documento que levaria a interpretações tão díspares? Essas análises são contraditórias por que evidenciam diferentes parcelas da relação paradoxal existente entre escrava e criança branca? Ou ainda, cada interpretação acionaria diferentes arcabouços teóricos, que implicariam em distintos modos de estudar a escravidão no Brasil?

De algum modo, a iconografia impõe muitas dificuldades ao pesquisador. Descobrir significados e retóricas da imagem, quase nunca é um exercício fácil e compreendido com transparência. A comunicação de significados por meio de imagens revela-se mais aberta e, paradoxalmente, duvidosa para os pesquisadores em geral, treinados e habituados a trabalhar com documentos escritos, cujos sentidos não são menos duvidosos, ainda que de outra natureza.

A ambigüidade da relação existente entre a ama escrava e a criança branca – onde afeto e violência são interdependentes – faz com que diversas interpretações sejam possíveis. Isso acontece ao se enfatizar parcelas distintas desse vínculo paradoxal, podendo-se atribuir diferentes significados para os retratos que estampam a mãe-preta e o seu filho branco. Quando o argumento valoriza a troca afetiva, surge a interpretação de uma escravidão mais doce, junto aos senhores paternos. Porém, se a ênfase está no “peso” da escravidão, os retratos mostrariam o escravo a partir da perspectiva senhorial: um ser “assimilado” à família branca – o que levaria a uma negação das relações sociais exteriores a esse núcleo. Mas quando o foco está na negação da maternidade natural da negra escrava, as imagens revelariam uma exploração do corpo da ama.

Contudo, dar relevo a determinadas parcelas da relação entre a mãe-preta e o filho branco não é um movimento interpretativo feito de maneira incauta pelos pesquisadores. Cada um deles faz uso de diferentes arcabouços teóricos, que implicam em modos peculiares de estudar a escravidão no Brasil. Portanto, é possível dizer que a relação entre a ama escrava e a criança branca foi analisada como metáfora da escravidão – fosse ela caracterizada como “suave” ou “cruel” – dependendo da maneira como cada um desses intelectuais a concebia em seus trabalhos.

A mãe-preta e a historiografia da escravidão

Gilberto Freyre, em *Casa-Grande & Senzala* (1933/2001) dá um papel de relevância para as amas negras, ressaltando a relação afetiva e de troca cultural promovida pela escravidão. Ele revela também um padrão de relacionamento racial particular, que não se resolvia pelas teorias racistas ou higienistas. Ao tomar esse partido teórico, o autor assumia certa posição de vanguarda no pensamento social brasileiro que, nos idos de 1933, ainda era muito marcado por interpretações racialistas. O ensaísta, ao eleger a mãe-preta como um dos espaços privilegiados de influência da cultura negra sobre a portuguesa, permite identificar, em alguns momentos do seu texto, uma certa imagem de senhores mais paternos e de escravos bem-cuidados, fiéis, e “quase da família”.

No entanto, a análise que Freyre realiza em 1933, não foi tão homogênea e previsível. Em outros momentos do livro, ele denuncia e analisa a violência existente nesse sistema de relações entre casa-grande e senzala; fala do sadismo dos senhores, dos castigos e das doenças que acometiam os escravos. Essa ambigüidade latente em sua interpretação do Brasil Colonial revela, portanto, a constrição essencial da forja dessa cultura brasileira mestiça tão rica: essas trocas culturais entre brancos e negros se davam mediante uma relação hierárquica, a escravidão; jamais entre iguais.

Freyre fez, portanto, nesse seu primeiro ensaio, uma análise que não se limita (embora trabalhe com) a determinismos raciais e relações de poder, chegando a uma sociabilidade e convivência possíveis entre *status* sociais distintos. Dessa forma, sua obra se sustenta em uma acomodação de conflitos. E a ama negra, por meio de seu afeto pelo filho do senhor, é uma das agentes promotoras desse precário equilíbrio.

A historiografia nacional esteve muito influenciada pelas obras de Freyre até meados de 1950. Mas, progressivamente, desde meados da década de 1940, sua obra começa a ser criticada. Essas críticas eram em grande parte motivadas por posicionamentos políticos que combatiam, sobretudo, a “tese da suave escravidão brasileira”, que ficava cada vez mais explícita, e menos matizada pela violência, na produção do autor. Além disso, essa “escravidão mais amena” era reputada ao colonizador português, e generalizada para todos os seus empreendimentos coloniais, o que demonstra uma clara aproximação de Freyre com o regime salazarista em Portugal.

Ao longo da década de 1960, o quadro da historiografia da escravidão brasileira já era outro, dominado por duas abordagens – aquela da chamada “Escola de Sociologia Paulista” e a que insistia na concepção de uma “resistência escrava” – ambas rechaçavam a interpretação freyreana, enfatizando exclusivamente a violência e a opressão do sistema escravista. Para a Escola Paulista, a decorrência desse sistema seria uma certa “patologia” na personalidade do escravo, fruto da carência de laços sociais que conformassem tanto uma vida familiar, como até mesmo cultural. Ecos desse posicionamento estão presentes na análise que Manuela Carneiro da Cunha fez dos retratos das amas com crianças brancas.

Para os historiadores que defendiam a noção de resistência escrava², no contexto da escravidão, um mundo marcado por tantos arbítrios, houve escravos que superaram as adversidades com bravura e heroísmo. Ainda que esse movimento interpretativo apenas invertesse os termos qualificativos do escravo – outrora submisso e passivo, agora herói e bravo – surgia pela primeira vez no Brasil uma incipiente idéia do escravo enquanto “agente

² Entre eles estão Luiz Luna e José Alípio Goulart.

histórico” (SCHWARCZ e GARCIA, 2006: 11-12). E são escravos agentes de sua história, redefinidos não mais em moldes românticos, que surgem na historiografia paulatinamente a partir de meados de 1970, mas, sobretudo, 1980.

Esse novo paradigma se estabelecera a partir de um novo consenso historiográfico, marcado por uma revolucionária interpretação do paternalismo, empreendida por Eugene Genovese (1974) e pela afirmação da existência e importância das famílias cativas na obra de Herbert Gutman (1976). Para ambos historiadores, “a cultura transmitida e reformulada entre as gerações, fornecia aos escravos recursos importantes para enfrentar e subverter as condições de seu cativeiro” (SLENES, 1999: 39). Escravos deixavam de ser, sob essa nova perspectiva, meros sobreviventes desse sistema autoritário; para se tornarem agentes cotidianos de sua história, imersos em laços familiares e culturais, aproveitavam-se das frinchas do sistema, sempre violento, para negociar sua condição escrava ou mesmo lutar contra ela.

Esse partido teórico não implicava na crença da existência de relações harmoniosas entre escravo e senhor, mas sim, na consciência de que “ao lado da sempre presente violência, havia um espaço social que se tecia tanto de barganhas como de conflitos. Essa abordagem que vê a escravidão, sobretudo, da perspectiva do escravo, um escravo real [sic], não reificado e nem mitificado, só muito recentemente vem ganhando corpo na historiografia brasileira” (REIS e SILVA 1999: 7).

O novo posicionamento teórico, manifesto (no Brasil) na análise de João José Reis e Eduardo Silva, permitiria tratar o escravo para além das categorias bipolares de “coisa”/“vítima” *versus* “herói”. Essa perspectiva, ao se utilizar desses conceitos (“vítima” e “herói”), como sendo os extremos de um gradiente dentro do qual os escravos se moviam, dá margem para que se possa pensar em uma gama ampla de possibilidades para o cativo, além da mera sobrevivência.

Na análise inaugurada por esses historiadores, a “Mãe-Preta” não é uma mera cativa submissa, mas agente de sua própria história que negocia sua situação, ainda que submetida à escravidão. A “Mãe-Preta”, sobretudo, fazia uso de sua “ascendência afetiva” e de sua intimidade cotidiana com os membros da família senhorial, para negociar sob esse regime hierárquico (REIS e SILVA 1999: 76). Aqui, pela primeira vez dentre as análises citadas, a relação entre mãe-preta e filho branco é abordada integralmente, com toda sua ambigüidade. Afeto e violência são interdependentes tanto para as escravas – que têm acesso a favores senhoriais em função do amor que tecem pelo seu filho branco e que ele (criança) igualmente tece por ela –, como para o senhor que estimula o amor mais desinteressado da

ama por seu filho, mediante o domínio da liberdade da escrava. Caso ele viesse a alforriá-la, seria um favor, em reconhecimento à fidelidade e ao amor que a escrava tinha pela família patriarcal.

Seguindo essa perspectiva que faz da mãe-preta agente histórico, sua relação com o filho branco torna-se mais inteligível, sem entrar nas discussões qualificativas da escravidão, tal abordagem permite ver o paternalismo como o léxico de negociação entre senhores e escravos; léxico esse que envolvia sempre força e favor, perigos e prêmios (SLENES, 2002).

Referências Bibliográficas:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Vida privada e ordem privada no Império” e in: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil – volume 2*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997/ 2002.

CUNHA, Manuela Carneiro da. “Olhar Escravo, Ser Olhado”. In: Paulo Cesar de Azevedo & Mauricio Lisovsky (orgs.). *Escravos brasileiros do século XIX na fotografia de Christiano Jr.* São Paulo, Ex-Libris, 1988.

FERREIRA, Luzilá Gonçalves. “Um capítulo à parte: as amas de leite escravas” in: Luzilá Gonçalves Ferreira *et alli*. *Suaves Amazonas: mulheres e abolição da escravatura no nordeste*. Recife, Editora Universitária/UFPE, 1999.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro, Record, 1933/2001.

_____. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1961/1979. 2ª edição aumentada.

GENOVESE, Eugene. *Roll, Jordan, Roll: the world the slaves made*. New York, Panteon Books, 1974.

GUTMAN, Herbert G. *The Black Family in Slavery and Freedom, 1750-1925*. New York, Random House, 1976.

LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de Família*. São Paulo, Edusp, 2000.

REIS, João José & SILVA, Eduardo (orgs.). *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz & GARCIA, Lúcia (orgs.). *Registros escravos: repertório das fontes oitocentistas pertencentes ao acervo da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, 2006.

SLENES, Robert. “Senhores e Subalternos no oeste paulista” in: Luiz Felipe de Alencastro (org.). *História da vida privada no Brasil vol. 2*. São Paulo, Companhia das Letras. 1997/2002.

_____. *Na Senzala, uma flor*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.